

DISCURSO LEXICOGRÁFICO: AS REEDIÇÕES DO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE MORAIS

José Horta NUNES¹
Kátia SELIGMAN²

- **RESUMO:** Este artigo apresenta uma análise discursiva de uma amostragem de verbetes da primeira edição e de algumas das reedições do *Dicionário da língua portuguesa*, de Antônio de Morais Silva (1789, 1813, 1831, 1844, 1858, 1877, 1889).³ A perspectiva teórica é a da Análise do Discurso de linha francesa, aliada ao campo da História das Idéias Lingüísticas. O *corpus* é formado de verbetes dos domínios de nomes de árvores, nomes de animais, nomes de partes do corpo, designações sociais, verbos de estado e movimento e verbos de ações sociais. Mostramos as transformações no discurso, as rupturas, os deslocamentos de sentido de uma edição a outra, explicitando a historicidade das definições e a configuração das formações discursivas.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso; dicionário; definição; lexicografia; língua portuguesa.

Este artigo aborda o dicionário como um objeto discursivo.⁴ O objetivo é analisar a primeira edição e as reedições do *Dicionário da língua portuguesa*, de Antônio de Morais Silva. Trata-se do primeiro monolíngüe do português, o mais utilizado durante o século XIX, que teve sua 1ª edição em 1789 e contou com oito reedições (1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877, 1889, [19-?]),⁵ tendo o autor participado até a 3ª edição. Na análise, consideraremos também a edição de Silva (1949). O dicionário de Morais propõe realizar, em 1789, uma redução do dicionário de Bluteau (1712), o que de fato ocor-

1 Docente do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários, Ibilce-UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Endereço eletrônico: horta@lev.ibilce.unesp.br.

2 Graduada de Letras no Ibilce-UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Endereço eletrônico: katiaseligman@yahoo.com.

3 Visto que não localizamos a edição de 1823 e a 9.ed. [19-?], elas não foram analisadas.

4 Este artigo foi concebido com base em um trabalho de Iniciação Científica realizado por Kátia Seligman com apoio da Fapesp (processo n.01-10546-3), relacionado ao projeto *Dicionários Brasileiros de Língua Portuguesa do Século XX: História e Análise*, desenvolvido por José H. Nunes (FAPESP, processo n.01-10281-0).

5 Confira nota 3.

re, quando o autor (SILVA, 1789) reduz a dois volumes os oito de Bluteau, permitindo uma circulação mais ampla, inclusive nas escolas. Esse, como aponta Verdelho (2002), é um dos motivos de seu sucesso editorial. Considerem-se também as mudanças na forma da definição, que deixa de apresentar os comentários etimológicos e enciclopédicos de Bluteau (1712) e passa a mostrar formulações breves, características de um dicionário de língua.

A perspectiva teórica adotada é a da Análise do Discurso, inaugurada na França por Pêcheux (1990) e tal como trabalhada no Brasil por Orlandi (1999). Dessa perspectiva, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação entre o homem e a realidade natural e social, por meio do discurso.

Seguindo alguns trabalhos em Análise do Discurso (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997; DELESSALE; VALENSI, 2002; NUNES, 1996) e em História das Idéias Lingüísticas (AUROUX, 1992; AUROUX; MAZIÈRE; ORLANDI, 1998), consideramos o dicionário como um objeto histórico e discursivo. Dessa perspectiva, realiza-se uma crítica à transparência das definições e ao sentido literal, pois considera-se que os sentidos do dicionário constituem-se historicamente. Tanto as definições do dicionário como os sujeitos que as produzem (as posições de sujeito dos lexicógrafos) aparecem em determinados contextos históricos. A análise discursiva visa relacionar a superfície textual do dicionário (as seqüências textuais lingüisticamente realizadas) com sua exterioridade, isto é, com suas condições de produção, incluindo-se aí o contexto enunciativo e o contexto mais amplo, ou seja, a conjuntura sócio-histórica de um período. Objetiva-se, desse modo, compreender o processo de produção dos sentidos, relacioná-los com a ideologia e mostrar as regularidades do funcionamento do discurso.

As reedições do dicionário de Moraes (SILVA, 1789) apresentam mudanças significativas, sobretudo em algumas edições. Nesses momentos ocorrem transformações significativas, as quais estão relacionadas com mudanças históricas que afetam a ordem do discurso. Explicitaremos os deslocamentos discursivos produzidos nessas circunstâncias, o aparecimento e as transformações de certas formações discursivas (religiosa, política, científica, jurídica), as mudanças na estrutura dos verbetes e o modo de significação dos domínios lexicais em questão.

O *corpus* de base desta pesquisa reuniu 240 verbetes relativos a seis domínios lexicais. Para cada um desses domínios, selecionamos cinco entradas, as quais foram coletadas em todas as edições mencionadas. Os domínios e as entradas são os seguintes:

Nomes de animais	Nomes de árvores	Nomes de partes do corpo	Designações sociais	Verbos de estado/movimento	Verbos de ações sociais
<i>Cachorro</i>	<i>Castanheira</i>	<i>Perna</i>	<i>Habitante</i>	<i>Ser</i>	<i>Conquistar</i>
<i>Gato</i>	<i>Mangueira</i>	<i>Orelha</i>	<i>Proletário</i>	<i>Estar</i>	<i>Emprestar</i>
<i>Tigre</i>	<i>Paineira</i>	<i>Nariz</i>	<i>(i)migrante</i>	<i>Permanecer</i>	<i>Doar</i>
<i>Urso</i>	<i>Pinheiro</i>	<i>Tornozelo</i>	<i>População</i>	<i>Andar</i>	<i>Reivindicar</i>
<i>Papagaio</i>	<i>Goiabeira</i>	<i>Cotovelo</i>	<i>Povo</i>	<i>Correr</i>	<i>Protestar</i>

Neste artigo, vamos apresentar as análises de seis séries de verbetes, cada uma delas correspondente a uma entrada de cada domínio, a saber: *castanheiro*, *urso*, *tornozelo*, *povo*, *ser*, *doar*. Na série de verbos de estado, incluiremos também o verbo *permanecer*.

Definição, interdiscurso, formação discursiva

Para a análise do dicionário como um objeto discursivo, utilizamos os procedimentos metodológicos desenvolvidos por Collinot & Mazière (1997). Estes autores mostram que a heterogeneidade das definições faz sentido: as variações das formas lingüísticas (sintáticas e enunciativas) do enunciado definidor produzem diferentes discursos. O conjunto de verbetes selecionados constitui, assim, uma rede de variações formais, a partir de relações de substituição, paráfrase, sinonímia. Essa rede é interpretada de acordo com os percursos temáticos adotados na análise.

O conjunto das séries de verbetes constitui um *corpus* histórico que nos permite mostrar os deslocamentos da memória do dizer, ou mais tecnicamente, do *interdiscurso*. Este é composto pelo complexo das formações discursivas presentes em determinadas conjunturas históricas. Chegamos aí no conceito de formação discursiva. Para a Análise do Discurso, as palavras, as formulações, não têm sentido em si mesmas. Elas ganham sentido no interior das *formações discursivas* às quais se filiam. As formações discursivas são definidas como “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição em determinada conjuntura (PÊCHEUX, apud ORLANDI, 1999, p.43).

As formações discursivas são estabelecidas basicamente por relações de paráfrase, as quais ocorrem no interior do processo discursivo, ou seja, mediante processos de substituição, sinonímia, equivalência, próprios de uma ou outra formação discursiva (PÊCHEUX, 1988). De acordo com Orlandi (1999), sabe-se que, ao pensarmos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente, a tal ponto que se leva a considerar que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, retornando aos mesmos espaços do dizer – estando do lado da estabilização. Na polissemia, o que se tem é o deslocamento, a ruptura de processos de significação, jogando com o equívoco. O *corpus* que analisamos apresenta diferentes estados de um processo discursivo. Em cada um desses estados, as relações de substituição apresentam-se de modo específico: o funcionamento parafrástico caracteriza-se pela presença de uma ou outra FD. A paráfrase será examinada em marcas lexicais ou sintáticas, sempre associadas à enunciação. Por exemplo, em uma série do *corpus*, podem ocorrer as substituições do nome-cabeça da definição, sendo isso o índice de um deslocamento de sentido, ou mesmo da presença de uma outra FD na mudança de um estado a outro do processo discursivo. O mesmo ocorre com relação às variações sintáticas da definição ou quanto aos exemplos e citações.

As condições de produção

Com relação ao contexto amplo, podemos situar a primeira edição do Moraes (SILVA, 1789) como relacionada ao movimento das Luzes em Portugal, o que implica a passagem de um sujeito religioso a um sujeito de direito. A gramática filosófica substitui a gramática dos jesuítas. Do mesmo modo, o dicionário de definições curtas e breves substitui o dicionário enciclopédico e etimológico: ocorre uma separação entre o dicionário de língua e o dicionário histórico e de especialidades. Acompanha esse processo a formação do Estado Nacional, que adota a concepção da correlação entre um Estado e uma língua. A língua nacional portuguesa passa a ter seus instrumentos representativos, que constroem uma imagem homogênea da língua portuguesa e, em seguida, do “enriquecimento” dessa língua com os brasileirismos.

Acompanhando as reedições, constatamos que ocorrem mudanças significativas nas condições de produção. No século XIX, a crescente industrialização e o desenvolvimento das ciências trazem mudanças para a relação do lexicógrafo com seu público leitor. De um lado, o discurso da ciência ganha terreno com o desenvolvimento das ciências, das técnicas e com a industrialização, de outro, o discurso sofre modificações com as transformações da conjuntura política e social. Desse modo, as formações discursivas científica e política concorrem para as transformações que o dicionário sofre no período analisado. Acrescente-se a isso a predominância da formação discursiva jurídica em relação à formação discursiva religiosa. Para tratar desses fatos, vamos nos ater ao modo como, a partir do próprio texto do dicionário, podemos remeter a tais transformações ideológicas.

Em meados do século XX a lexicografia brasileira ganha autonomia em relação à lexicografia portuguesa, com o aparecimento dos dicionários brasileiros de língua portuguesa. O discurso do *Dicionário da língua portuguesa* (SILVA, 1789) pode ser considerado um dos discursos fundadores da lexicografia brasileira.

Análise das séries

Passaremos à análise de cada uma dessas séries, apresentando-as com os verbetes organizados em ordem cronológica. A data da edição será indicada no início de cada verbete.

Nomes de árvores: *castanheiro*

- 1789: Substantivo masculino. Árvore que dá castanhas de que há duas espécies, longáas e rebordaos.
- 1813: Idem.
- 1831: Substantivo masculino. Árvore que dá castanhas de que há duas espécies, longáas e rebordaos. Castanha.

- 1844: Substantivo Masculino. Árvore que dá castanhas de que há duas espécies, longáas e rebordaos. Camões Soneto, 271: "sombra dos verdes". Arr.44.f.107.4. "castanheiro".
- 1858: Substantivo Masculino. Árvore que dá castanhas de que há duas espécies, longáas e rebordaos. Camões Soneto, 271: "sombra dos verdes". Arr.44.f.107.4. "castanheiro" § da Índia, da árvore que dá castanhas amargas, mas que tem folhas lindas.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Substantivo Masculino. Árvore da família das *amentáceas eupulíferas*, que dá castanhas: há duas espécies, longáas e rebordaos. Camões Soneto, 271: "sombra dos verdes". Arr.44.f.107.4. "castanheiro." § da Índia, da árvore que dá castanhas amargas, mas que tem folhas lindas.
- 1949-1959: Substantivo Masculino. Árvore da família das *fagáceas* ou das *castanáceas*. *Castanea sativa* e *castanea vulgaris*, que dá castanhas vulgar. Em Portugal dá-se em quase toda a parte, exceto nos terrenos calcários, e abunda especialmente na região montanhosa do interior, cultivando-se em pequenos grupos (soutos) para fruto ou em maciços de talhadia (soutos bravos). "os castanheiros, titulados nas serras com respeitoso carinho os ossos de Portugal que levam trezentos anos a crescer, trezentos anos a nascer e trezentos amores." Aquilino Ribeiro, a voz dos nossos avós, 272.

Observamos que, da edição de 1789 até a de 1877, repete-se a definição que apresenta a imagem de uma natureza provedora: "X que dá", "X que produz". Como mostram Mazière (1989) e Nunes (1996), nessa forma sintático-enunciativa da definição o nome-cabeça aparece como sujeito da relativa. Com isso, produz-se um efeito de que a natureza fornece os seus produtos sem intervenção humana: o sujeito humano não aparece na cena da definição. Mas na edição de 1889-1891 e, em seguida, na de 1949-1959, tal forma de definição ou é substituída ou aparece em segundo plano em relação à de tipo científico que se introduz. Nesta apresenta-se uma classificação natural e uma descrição da árvore marcada por designações científicas. Percebem-se, assim, os índices de uma formação discursiva científica que se insere no dicionário. A edição de 1889-1891 traz algumas marcas desse discurso e a de 1949-1959 ainda mais, de maneira que ocorre o estabelecimento crescente dessa FD. Embora não apareça no verbete castanheiro, uma outra marca presente nas demais séries analisadas é a de marcação de domínio de especialidade. É regular a marcação do domínio da botânica (Bot.) nas séries de *mangueira*, *paineira*, *pinheiro* e *goiabeira*, o que atesta a delimitação de um lugar no interior do verbete para alojar o discurso científico. Um outro índice de discursividade está na citação literária que, a partir da edição de 1844, passa a ser utilizada. A citação do soneto de Camões aparece na edição de 1844 e é retirada na de 1949-1959. Nesta última, ao mesmo tempo em que é silenciado o sentido literário, surge um comentário de tipo enciclopédico. Desse modo, a literatura aparece em 1844 e estabelece-se nas edições posteriores. Finalmente, o verbete se torna, a partir das edições de 1889-1891/1949-1959, mais científico e enciclopédico e menos literário.

Nomes de animais: *urso*

- 1789: Substantivo masculino. Animal feroz, quadrúpede, peludo, de grandes unhas rombas. V. Usso.
- 1813: Idem.
- 1831: Substantivo masculino (do latim *ursus*). Animal feroz, quadrúpede, peludo, de grandes unhas rombas. V. Usso.
- 1844: Idem.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Substantivo masculino. Zool.: Gênero de mamíferos da ordem dos carnívoros, tipo da família dos ursídeos, que encerra animais de grande estatura, formas pesadas, cabeça terminada em focinho delgado e susceptível de se domesticar. Indivíduo feio e desairoso. Indivíduo muito metido consigo. V. Usso.
- 1949-1959: Substantivo masculino. Zool.: Gênero de mamíferos da ordem dos carnívoros, tipo da família dos ursídeos, que encerra animais de grande estatura, formas pesadas, cabeça terminada em focinho delgado e susceptível de se domesticar. Indivíduo feio e desairoso. Indivíduo muito metido consigo. Nome vulgar (Brasil) das larvas de inseto lepidóptero, da subordem do heteroneuros. Gíria. Indivíduo de pouco senso; imbecil. Fam. Indivíduo que é objecto de zombaria. Bras. Mandatário de assassinos. Adj. Falso.

Assim como na série de nomes de árvores, na série de nomes de animais ocorre uma repetição da forma da definição "natural" que vai desde a edição de 1789 até a de 1877. A partir da edição de 1889-1891, entra em cena o discurso científico, que em 1949-1959 assenta-se definitivamente.

Nas primeiras edições prevalece uma descrição natural do animal (*Animal feroz, quadrúpede, peludo, de grandes unhas rombas*). Em seguida, a partir da edição de 1889-1891, despontam a classificação naturalista e a descrição científica (*Gênero de mamíferos da ordem dos carnívoros, tipo da família dos ursídeos ...*). A marca de domínio de especialidade (Zoologia) é introduzida a partir da edição de 1889-1891, o que mostra o estabelecimento do discurso científico no interior do dicionário. Os comentários enciclopédicos também surgem a partir da edição de 1889-1891 e se acentuam em 1949-1959. Vemos, pois, que as regularidades presentes na série de *castanheiro* se repetem com relação à série de nomes de animais: os discursos científico e enciclopédico ganham terreno nas definições dos elementos naturais.

Nomes de partes do corpo: *cotovelo*

- 1789: Substantivo masculino. A ponta que se faz no meyo do braço, quando o cobrimos, e juntamos a mão ao seu hombro respectivo. § Figurativo: Coisa que tem essa figura: v.g.: "a rua faz um cotovelo", o rio com suas torturas, que faz ângulos ressaltados, ou salientes. Barros, D.L.L.4.c.7, segundo as

- enseadas, e cotovelos (da costa ao mar) se encolhem ou boião. § Pera de 7 cotovelos, que tem proeminências angulosas, ou angulares.
- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Idem.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Substantivo Masculino. (Derivado do latim *cubilis*, do grego *kybilon*). O ângulo exterior do braço, no lugar em que se articulam o cúbito com o úmero; é a tuberosidade superior deste que forma a saliência do cotovelo. § Figurativo: Coisa que tem essa figura: v.g. : “a rua faz um cotovelo”, o rio com suas torturas, que faz ângulos ressaltados, ou salientes. Barros, D.L.L.4.c.7, segundo as enseadas, e cotovelos (da costa ao mar) se encolhem ou boião. Pera de sete cotovelos, que tem proeminências angulosas, ou angulares. § Dor de cotovelo, desconfiança, ciúmes.
- 1949-1959: Substantivo masculino. Anat. Parte exterior do braço que faz um ângulo saliente no sítio correspondente a articulação do úmero com o cúbito, protuberância exterior formada pela articulação do braço com o antebraço, ângulo saliente, esquina, canto. Nó da videira onde rebenta o cacho. Enseada em baía ou rio. Parte recurvada e cilíndrica da baioneta, em que a folha se liga ao alvado. Falar pelos cotovelos, falar muito. Dor de cotovelo, ciúmes.

Essa série apresenta regularidades que mostram períodos de estabilidade e alguns momentos de transformação dos sentidos. As partes do corpo são apresentadas, desde a primeira edição até a de 1877, como elementos observáveis pelo homem comum. A partir da edição de 1889-1891, passam a ser significadas por um olhar que não coincide com o homem comum e que pode ser identificado como o da posição do saber medical. Tal olhar se acentua na edição de 1949-1959, com a presença do discurso de especialidade da Anatomia.

A definição que permanece desde a primeira edição até a de 1877 apresenta uma descrição externa do “cotovelo”: *A ponta que se faz no meyo do braço, quando o cobrimos, e juntamos a mão ao seu hombro respectivo. A cena enunciativa dessa definição é construída com a presença de um sujeito cotidiano que observa o corpo e o descreve. A marca da presença desse sujeito está nos verbos “cobrimos” e “juntamos” em primeira pessoa do plural, o que aponta para as ações de um sujeito pessoal. Note-se também o vocabulário básico dos nomes do corpo humano e de caracterização da forma de objetos tais como observados externamente (ponta, braço, mão, ombro). Nenhuma menção é feita aí à parte interior do braço. Já na edição de 1889-1891, não aparece a primeira pessoa, que é substituída pela terceira pessoa do plural, acompanhada de um pronome indeterminado (se articulam): O ângulo exterior do braço, no lugar em que se articulam o cúbito com o úmero; é a tuberosidade superior deste que forma a saliência do cotovelo. Nessa definição, portanto, muda o modo de enunciação: desaparece a figura humana que observa o corpo e surge um olhar impessoal, em uma descrição sem marcas de uma primeira pessoa que enuncia. Podemos remeter esse olhar*

ao discurso da ciência que irrompe no dicionário, com as propriedades da impessoalidade, das formas descritivas e do vocabulário de especialidade (*ângulo, cúbito, humero, tuberosidade*). Por fim, na edição de 1949-1959, o discurso científico é ampliado na mesma direção com o acréscimo de termos técnicos e das explicações que consideram os elementos internos para interpretar a aparência externa: *Parte exterior do braço que faz um ângulo saliente no sítio correspondente a articulação do humero com o cúbito, protuberância exterior formada pela articulação do braço com o antebraço*. Saliente-se a marcação de domínio da *Anatomia*, que delimita um lugar para o discurso de especialidade.

A edição de 1949-1959 apresenta ainda duas modificações em relação às anteriores. Primeiramente quanto às citações. Até a edição de 1889-1891, temos a citação de uma frase de uso: "a rua faz um cotovelo" e de uma frase de Barros: "segundo as enseadas, e cotovelos (da costa ao mar) se encolhem ou bojam". Em segundo lugar, a marcação de domínio *figurativo*, presente até a edição de 1889-1891, é retirada na de 1949-1959. Assim, nessa edição, há um avanço do discurso científico e um recuo das citações literárias, bem como da indicação de sentido figurado. Note-se, porém, que nas edições de 1889-1891 e 1949-1959 é acrescentado o sentido de *dor de cotovelo*, como ciúmes, que não aparecia anteriormente. Desse modo, ao mesmo tempo em que o discurso científico avança quanto à descrição física, aparecem sentidos relacionados ao sujeito enquanto entidade psicológica: um sujeito das emoções.

Nomes de designações sociais: povo

- 1789: Substantivo masculino. Os moradores da cidade, villa ou lugar. Povo miúdo; a plebe, gentilha. Povo; nação, gente; V.g. O povo de Marte. O que tem os costumes, usos e credulidade do povo. V.g. "huns rumos povo": por vulgares, populares. "Achar os mares leite".
- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Substantivo masculino. Os moradores da cidade, villa ou lugar. Povo miúdo; a plebe, gentilha. Povo; nação, gente; V.g. O povo de Marte. O que tem os costumes, usos e credulidade do povo. Povo diz-se mui propriamente dos habitantes de uma cidade, província, ou reino, em geral, e sem relação alguma a distinção de classes.
- 1858: Substantivo masculino. Idem.
- 1877-1878: Substantivo masculino. Todos os indivíduos que constituem uma nacionalidade tomados collectivamente: o povo portuguez, o americano. Os moradores da cidade, villa ou lugar. Povo miúdo; a plebe, gentilha. Povo; nação, gente; V.g. O povo de Marte. O que tem os costumes, usos e credulidade do povo. Povo diz-se mui propriamente dos habitantes de uma cidade, província, ou reino, em geral, e sem relação alguma a distinção de classes.
- 1889-1891: Substantivo masculino. Idem.
- 1949-1959: Substantivo masculino. Nome colectivo de todos os indivíduos do mesmo país e que vivem sujeitos as mesmas leis. Ant. Nome colectivo de todos os

indivíduos que constituem uma das classes primitivas da sociedade portuguesa. Aldeia ou lugarejo. Plebe. Fig.: Grande número, quantidade. Bras. Família. Pl. As nações.

Os verbetes de *povo* trazem sentidos ora de uma totalidade de moradores (*Os moradores da cidade, villa ou lugar*), ora de uma divisão social (*Povo miúdo; a plebe, gentilha*). Neste último caso, aparece como uma caracterização pejorativa de um grupo social. Apresenta-se ainda como equivalente de "nação", "gente". A partir da edição de 1844, é acrescentada a acepção de "habitantes de uma cidade, província, ou reino, em geral, e sem relação alguma a distinção de classes". Desse modo a contradição se instala no interior do verbete quando são mencionados na seqüência os sentidos da totalidade "sem distinção de classe" e os da caracterização de um segmento (*a plebe, gentilha*).

A partir da edição de 1877, a definição de *povo* passa a relacionar-se com a questão da nacionalidade: *Todos os indivíduos que constituem uma nacionalidade tomados colectivamente: o povo portuguez, o americano*. Há assim um deslocamento de *cidade* para *nação*. Isso vai de par com o contexto do século XIX, em que ganha espaço o discurso de formação e defesa das nacionalidades. Já no verbete de 1949-1959, o sentido de nacionalidade continua, mas então associado à questão das "leis": *Nome colectivo de todos os indivíduos do mesmo país e que vivem sujeitos as mesmas leis*. Vemos isso como um índice do discurso jurídico que passa a constituir o sentido de *povo*. E se, de um lado, *povo* como nacionalidade está relacionado com o discurso jurídico, de outro, o sentido de *povo*, como associado a *um povo* ("a sociedade portuguesa"), é delimitado e marcado como "Antigo". Observe-se ainda a marcação do domínio "Brasileirismo" que, ao instaurar o efeito de complementaridade do espaço brasileiro em relação ao português, traz o sentido de *família* para *povo*, deslocando-se assim o sentido jurídico e de nacionalidade para o sentido do contexto privado da família.

Verbos de ações sociais: doar

- 1789: Verbo ativo. Tratado forense. Dar alguma coisa a alguém, fazer doação. Ordem.
- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Idem.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Verbo Transitivo (Do latim *donare*). Trat. Forens: Dar, transferir o domicílio d'alguma coisa a alguém, fazer doação. Ord.
- 1949-1959: Verbo transitivo. Fazer doação de, legar, transmitir gratuitamente a alguém os próprios bens.

A série apresentada demonstra que da primeira edição até a de 1877 há uma estabilidade do enunciado definidor (*Dar alguma coisa a alguém, fazer doação*). Nas edi-

ções de 1889-1891 e 1949-1959, ocorre a introdução de alguns elementos: *transferir o domicílio d'alguma coisa a alguém; legar, transmitir gratuitamente a alguém os próprios bens*. Tais acréscimos são o indício do avanço da formação discursiva jurídica no dicionário. Os termos jurídicos (*domicílio, bens, legar*) são explicitados e a definição ganha, na formulação, os contornos da fraseologia jurídica.

Verbos de estado/movimento: ser e permanecer

- 1789: Verbo Neutro. Existir. Deste verbo usamos para afirmar ou negar, que hum attributo existe em o sujeito. Eufr. 4. 5. ser de alguém: i. é. Seu criado, seu cativo, seu parcial, pessoa de sua obrigação. Ser exemplo a; servir de exemplo. *Barros: á manha serei de Lisboa: Estarei.*
- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Verbo Neutro. (do italiano *essere*; do latim *esse*). Existir. V.g. Era meu mestre, foi muito douto. Deste verbo usamos para afirmar, ou, negar que um attributo existe em o sujeito. Ser de alguém, ou de alguma coisa, é, ser seu criado, ser cativo, ser parcial, pessoa de sua obrigação.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Idem.
- 1949-1959: Verbo Transitivo. Afirma no sujeito a existência de um atributo, para atribuir a alguém ou a alguma coisa uma qualidade, um modo de existir, ter a(s) qualidade(s) designadas pelo(s) objectivo(s) que determina(m) o verbo. Suceder, ocorrer. Indica o momento, o dia, o ano, a época. É verbo auxiliar conjugando com o particípio de outros verbos e, neste caso, representa a voz passiva.

A definição do verbo *ser*, desde a primeira edição até a de 1889-1891, coloca em cena um sujeito que “usa” (*usamos*) o verbo para estabelecer uma relação lógica (existência ou não de um atributo no sujeito). Nos exemplos aparece um discurso que tende a mostrar um sujeito ideologicamente passivo: *Ser de alguém, ou de alguma coisa, é, ser seu criado, ser cativo, ser parcial, pessoa de sua obrigação; Ser exemplo a; servir de exemplo; Barros: á manha serei de Lisboa*. A partir da edição de 1844 e até a de 1889-1891, surge a definição sinonímica (*Existir*), ao mesmo tempo em que é introduzido um exemplo que foge do discurso da passividade: *Era meu mestre, foi muito douto*. O verbo no pretérito indica que o sentido da passividade é colocado em um passado. Desse modo, mesmo mantendo os exemplos que trazem os sentidos da passividade, percebe-se já aí um deslocamento, uma resistência a esses sentidos. Tal deslocamento se acentua na edição de 1949-1959, quando os exemplos ligados à passividade são retirados. Note-se que o sentido da passividade, rejeitado como exemplo, aparece como sentido gramatical, mediante a distinção voz ativa/voz passiva.

Para compreendermos melhor os sentidos do verbo *ser* optamos por incluir no *corpus* a definição de *ser* como nome, visto que nela aparece a indicação de derivação do verbo *ser*. Observemos o verbete:

Ser:

- 1789: Substantivo Masculino. O existir, existência. Ente, coisa que existe, ou se concebe como existente sobre si, ou em outra coisa. *O ser Supremo: Deus*; Ser, infinito verbal, é também um nome. Sujeito de si mesmo: "vosso natural não era serdes Pastora". Cam. Filod.
- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Substantivo Masculino (do verbo ser). O existir, existência. Ente, coisa que existe, ou se concebe como existente sobre si, ou em outra coisa.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Idem.
- 1889-1891: Substantivo Masculino (do verbo ser). O existir, existência. Ente, coisa que existe, ou se concebe como existente sobre si, ou em outra coisa. Aquilo que é, que existe, ente. O ente humano.
- 1949-1959: Substantivo Masculino. Aquilo que é, que existe, ente. O ente humano. Essência, natureza, qualidade do que é. Existência, nascimento, vida. Qualidades físicas ou morais de uma pessoa.

Até a edição de 1831, a definição de *ser* (*O existir, existência. Ente, coisa que existe, ou se concebe como existente sobre si, ou em outra coisa.*) é acompanhada de um exemplo do discurso religioso: *O ser Supremo: Deus*. Nota-se que *ser* é significado de início na forma de sinônimos abstratos (*o existir, existência*), em seguida como um ser divino, marcado com letra maiúscula (*Ente*), e, por fim, como uma *coisa* ou a *concepção* de alguma coisa como existente. Assim, o sentido vai do abstrato ao concreto e do divino ao humano.

A partir da edição de 1844, o exemplo religioso é retirado. A definição permanece, porém o discurso religioso é deixado de lado, ao menos como fórmula do dizer, como exemplo. Na edição de 1889-1891, além disso, aparece uma definição encabeçada por pronome indefinido (*aquilo que é, que existe, ente*), seguida de um exemplo ligado ao humano: *o ente humano*. Ocorre, como se vê, uma passagem, nos exemplos, do divino ao humano, ao passo que a definição com pronome indefinido produz um deslocamento do abstrato (*existência*) ao concreto (*aquilo que existe*). Tal processo se intensifica na edição de 1949-1959, quando a definição com pronome indefinido passa a figurar na primeira acepção. Além disso, são acrescentadas acepções com os sentidos de "nascimento" e "vida", bem como de *qualidades físicas ou morais de uma pessoa*. Podemos ver aí os indícios do discurso da biologia, da fisiologia e da moral, relacionadas com a caracterização do ser humano. Tais formações discursivas avançam, enquanto a formação discursiva religiosa (o ser divino) recua.

Analisemos a seguir o verbo *permanecer*.

Permanecer:

- 1789: Verbo Neutro. Durar, existir, aturar, conservar-se no mesmo estado: V. g. Ainda permanece esse tracto, esta amizade. Permanecer na obediência ao soberano. M.Lus. permanecer na opinião.

- 1813: Idem.
- 1831: Idem.
- 1844: Verbo Neutro (do latim permanecere) Durar, existir, aliviar, conservar-se no mesmo estado: V. g. Ainda permanece esse tracto, esta amizade.
- 1858: Idem.
- 1877-1878: Verbo Neutro (do latim permanecere) Durar, existir, aliviar, conservar-se no mesmo estado: V. g. Ainda permanece esse trato, esta amizade. Permanecer nessa mesma opinião - insistir, durar nela, estar afincado.
- 1889-1891: Verbo Neutro (do latim permanecere) Durar, existir, aliviar, conservar-se no mesmo estado, lugar, opinião: V. g. Ainda permanece esse trato, esta amizade. Permanecer nessa mesma opinião - insistir, durar nela, estar afincado.
- 1949-1959: Verbo Intransitivo. Demorar-se em alguma parte. Perseverar. Ficar, conservar-se, durar. Manter-se no estado ou no lugar em que se encontra.

A definição de *permanecer* mantém-se inalterada da primeira edição até a de 1831. Assim como ocorre com o nome *ser*, prevalece nesse período o sentido da passividade, com o sinônimo *aturar* e a colocação *permanecer na obediência ao soberano*. O sentido de *opinião* aparece somente na última acepção. Nas edições de 1844 e 1858, o sinônimo *aturar* é substituído por *aliviar*. A colocação relativa à "obediência ao soberano" é apagada e surge a acepção *permanecer a amizade*. Nota-se nesse percurso a paráfrase: [aturar → aliviar → insistir], que mostra os sucessivos deslocamentos de sentido que vão da "passividade" à "amizade" e à "insistência". Emerge assim, progressivamente, um sujeito de opinião e posicionamento, em detrimento da situação de obediência e passividade. Essa mudança pode ser remetida à passagem do sujeito religioso, ligado ao Estado absolutista, ao sujeito de direito na relação com seus "iguais" ("amizade").

Conclusão: interpretação de redes

A análise mostrou que ocorrem transformações significativas em algumas reedições e explicitou as filiações discursivas que se depreendem da análise dos verbetes. Faremos agora uma reflexão final retomando as conclusões parciais de cada série e realizando a interpretação das redes, ou seja, do conjunto das séries.

As transformações mostradas constituem ora deslocamentos de sentidos, que não chegam a produzir rupturas profundas, mas que indicam transformações locais nas formações discursivas; ora rupturas que indicam o aparecimento de novas formações discursivas. De modo geral, podem-se notar processos discursivos que, de uma conjuntura a outra, fazem avançar algumas formações discursivas e recuar outras.

Algumas edições mostraram regularidades quanto à presença de marcas de ruptura nos discursos: são as edições de 1844, 1889-1891 e 1949-1959. Outras apontaram pequenos deslocamentos, como as de 1831 e 1877 e algumas mostraram maior estabilida-

de em relação às anteriores como as de 1813 e 1858. Quanto às rupturas mais significativas, mostramos que há uma passagem da formação discursiva religiosa à jurídica, do discurso que chamamos econômico-natural ao discurso da ciência, do discurso literário ao discurso científico-enciclopédico (sobretudo na edição de 1949-1959).

Podemos tecer algumas conclusões a respeito do conjunto dos domínios analisados. Os domínios de nomes de árvores, nomes de animais e partes do corpo humano apresentam um espaço discursivo que reúne a formação discursiva econômico-natural, a formação discursiva científica e a formação discursiva literária. Tais formações discursivas encontram-se em relação de substituição ou de complementaridade. O discurso utilitarista da FD econômico-natural prevalece nas edições iniciais, enquanto a FD científica prevalece nas duas últimas edições (1889-1891 e 1949-1959), esta vindo substituir ou complementar aquela. Enquanto isso, a FD literária vai ganhando espaço progressivamente, até ser substituída na edição de 1949-1959 pelo discurso científico-enciclopédico. Já os domínios de designações sociais, verbos de ações sociais e verbos de estado e movimento apresentam um espaço discursivo em que coexistem as formações discursivas religiosa, social, jurídica e também a literária. A FD religiosa prevalece nas primeiras edições. A partir da edição de 1844, e mais decididamente nas edições de 1889-1891 e 1949-1959, cede espaço para a FD social (significação dos segmentos sociais e da nacionalidade) e jurídica (relação com as leis, sujeito como origem de seus atos). A FD literária também aparece nesses domínios (citações, provérbios), assim como as colocações. Note-se que, nesse caso, a edição de 1949-1959 também substitui a FD literária pela científica e enciclopédica.

Nos verbetes de árvores e animais é marcante a passagem do discurso que chamamos econômico-natural ao discurso científico. Tal passagem pode ser localizada em uma regularidade freqüente: nas edições de 1889-1891 e 1949-1959 são inseridas definições de tipo científico, com a classificação das espécies e a descrição naturalista. Assim, a definição do tipo *que dá*, presente nas edições anteriores, é substituída por definições do tipo *árvore da família das...*. Por vezes, não chega a ocorrer uma substituição total, mas apenas um acréscimo, como em *castanheiro*, que antes apresentava somente a definição em *que dá: Árvore que dá castanhas*, e nas edições de 1889-1891 e 1949-1959 registra a definição científica em primeiro plano e a utilitária em segundo: *Árvore da família das amentáceas eupulíferas, que dá castanhas: há duas espécies, longáes e rebordaos*.

No domínio de nomes de partes do corpo humano também está presente o deslocamento do discurso natural ao discurso científico. Há aí uma transformação no modo de observação do corpo humano. Nas primeiras edições as partes do corpo são definidas da posição de um sujeito observador do corpo humano: uma posição que pode ser relacionada ao sujeito que observa cotidianamente o corpo, sua aparência externa, sem a mediação de instrumentos. A partir da edição de 1889-1891, surge a posição que remetemos ao saber medical, que observa os órgãos internos do corpo humano. Na edição de 1949-1959 aparece também a marcação do domínio da Anatomia, que atesta a estabilidade desse discurso no dicionário, delimitado em um espaço específico na estrutura do verbete.

Uma das marcas da passagem do discurso religioso ao jurídico está no deslocamento dos sentidos de "passividade" ao de "atividade". A passividade se mostra nas

situações de "obediência ao soberano", que podemos localizar no contexto histórico do Absolutismo, em que Estado e religião estão aliados. O verbo *permanecer* é um exemplo ilustrativo dessa passagem, em que se nota o deslocamento do sentido de *aturar* para o de *insistir*. Tal processo se apresenta também na análise de *ser*, em que se percebe o deslocamento do "ser divino" ao "ser humano", este último caracterizado como origem de seus atos. A passagem do religioso ao jurídico também se mostra nos verbos de designação social, como em *doar*, em que o sujeito de direito aparece de forma mais acentuada nas edições de 1889-1891 e 1949-1959, e também em *povo*, que apresenta na edição de 1949-1959 a definição que relaciona a nacionalidade com a lei. Note-se aí igualmente a passagem do discurso social ao discurso jurídico: o *povo* passa, de um conjunto total de moradores da cidade, a um ou outro segmento social e, finalmente, a um espaço nacional regulado por leis.

A análise da estrutura dos verbetes mostrou que há regularidades em alguns pontos e variações em outros. De início, os verbetes apresentam-se como um dicionário de língua, com a presença no início do verbete da marcação gramatical. Em seguida aparecem as definições, com as variações sintático-enunciativas que mostramos. As citações e os exemplos vão sendo introduzidos, principalmente a partir da edição de 1844. Na edição de 1949-1959, essas citações são retiradas e aparecem as marcações de domínio de especialidade, bem como de brasileiro, de maneira que os verbetes transitam da tendência literária para a tendência técnico-enciclopédica.

A amostragem analisada apresentou, assim, uma série de transformações nas reedições. Isso permitiu observar regularidades na constituição discursiva do dicionário de Moraes, os deslocamentos e as variações entre domínios e no interior de um mesmo domínio. Possibilitou, enfim, compreender a historicidade das definições e dos outros mecanismos inseridos na estrutura do verbete. As regularidades apontadas permitiram mostrar os percursos de sentidos de algumas formações discursivas, demonstrando que as transformações discursivas do dicionário estão relacionadas com o jogo das FDs em determinadas conjunturas.

HORTA, J. H.; SELIGMAN, K. Lexicographic discourse: the reeditions of the *Dicionário da língua portuguesa* by Moraes. *Alfa*, v.47, n.1, p.37-51, 2003.

■ **ABSTRACT:** *This paper presents a discourse analysis of a sample of entries from the first edition and some of the reeditions of the Dicionário da língua portuguesa, by António de Moraes Silva (1789, 1813, 1831, 1844, 1858, 1877, 1889). The theoretical approach is based on the French Discourse Analysis and on the History of Linguistic Ideas. The corpus includes entries of names of trees, names of animals, names of parts of the body, verbs of state and movements and verbs of social actions. We show the discourse transformations, the ruptures, the displacements of sens from one edition to another and we explicit the historicity of definitions and the configuration of the discursive formations.*

■ **KEYWORDS:** *Discourse analysis; dictionary; definition; lexicography; Portuguese.*

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. *A Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- AUROUX, S.; MAZIÈRE, F.; ORLANDI, E. P. *L'hyperlangue brésilienne*. Paris: Larousse, 1998: (Langages, n.130).
- BLUTEAU, R. *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8v., 2 supl.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- DELESSALE, S.; VALENSI, L. A palavra *Nègre* nos dicionários franceses do antigo Regime: história e lexicografia. *RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP*, Campinas, SP, n.8, p.9-42, mar. 2002.
- MAZIÈRE, F. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p.47-59.
- NUNES, J. H. *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, 1996.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Pontes, Editora da Unicamp, 1990.
- _____. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2v.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 4.ed. Lisboa: Imprensa Régia, 1831.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 5.ed. aperfeiçoada, e acrescentada de muitos artigos novos, e etymologias. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1844.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 6.ed. melhorada, e muito acrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1858.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. 7.ed. melhorada, e muito acrescentada com grande número de termos novos usados no Brasil e no portuguez da Índia. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877-1878.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. [8.ed.] Nova edição rev. e melhorada. Rio de Janeiro, Lisboa: Emp. Litteraria Fluminense, 1889-1891. 2v.
- _____. *Diccionario da lingua portugueza*. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado. [Repr. fac-similada da edição de 1813: Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira]. Rio de Janeiro: Fluminense, 1922.
- _____. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10. ed. rev. corr. aum. atualizada ... por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado. Lisboa: Confluência, 1949-1959.
- VERDELHO, T. Uma breve história da lexicografia portuguesa. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, Campinas: Pontes, 2002.